

Tesouro americano aceita depósito para dívida

Roberto Garcia
Correspondente

Arquivo — 30/12/86

WASHINGTON — o Tesouro norte-americano e o Federal Reserve (O Banco Central dos EUA) estão dispostos a aceitar o depósito em caução de parte dos juros atrasados numa instituição internacional, provavelmente o Bank for International Settlements (BIS), uma espécie de Banco Central Internacional. Eles levantaram, entretanto, dificuldades jurídicas e temem as repercussões da abertura desse precedente para o Brasil. O principal negociador da dívida externa brasileira, Fernão Bracher, há dois dias discute com autoridades tentando contornar esses problemas.

O Brasil está disposto a depositar até 942 milhões de dólares em juros atrasados (relativos ao período entre 20 de fevereiro e 31 de maio), mas o BIS só iniciaria os desembolsos após o fechamento de um acordo ou faria liberações escalonadas na medida em que a negociação tivesse avanços importantes. Um dos principais pontos da proposta brasileira, o reescalonamento da dívida de três anos (1987, 1988 e 1989), não encontra eco entre os principais bancos credores, que se mostram dispostos apenas a reescalonar a dívida de 1987.

— Não podemos continuar com esses esquemas de tão curto prazo, que geram incertezas que têm prejudicado o Brasil. — afirmou um membro da equipe brasileira.

Encontros — Fernão Bracher vem mantendo vários encontros com o secretário adjunto do Tesouro norte-americano e encarregado dos assuntos internacionais, David Mulford. Nesses encontros, ele informou a intenção de voltar a pagar juros da dívida, mas quer um reescalonamento de três anos da dívida (abrangendo 1987, 1988 e 1989), 10,2 bilhões de dólares em novos recursos (para o pagamento de juros que vencerão nesse período), bem como a volta das linhas de financiamento a curto prazo do comércio e de bancos brasileiros nos níveis anteriores à moratória.

O governo brasileiro achava que conseguiria concessões suficientes dos bancos, nas negociações em Nova Iorque, para justificar internamente o reinício dos pagamentos da dívida. Para sua surpresa, contudo, descobriu que vários credores importantes recusam-se a aceitar as linhas-mestras da proposta apresentada pelo Brasil em 25 de setembro passado. “Não vejo por que premiar o Brasil simplesmente porque se dispõe a cumprir, com muito atraso e arrogância, alguns de seus compromissos”, afirmou um alto funcionário de um banco credor.

Tendo em vista as resistências de-

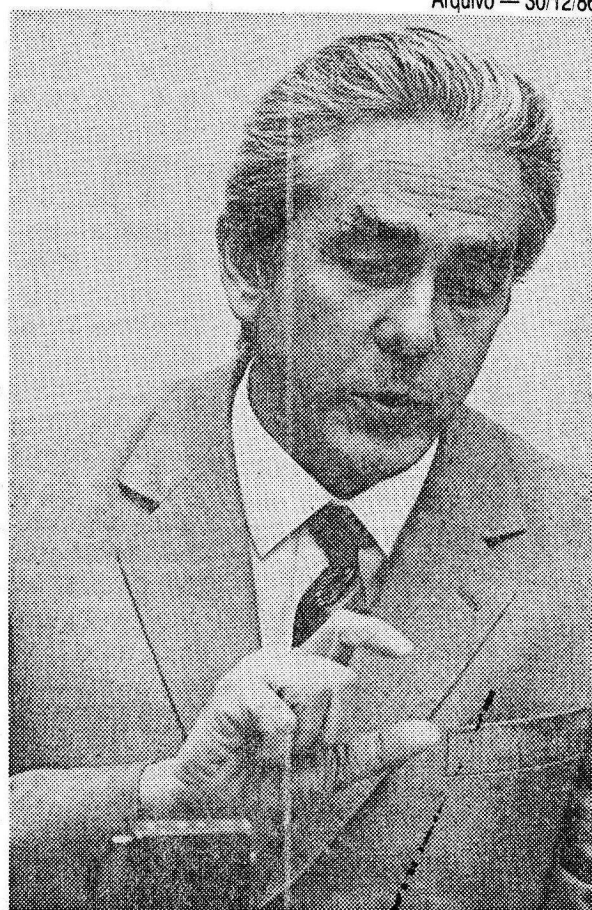
monstradas pelos credores, os negociadores brasileiros estão buscando apoio americano para depósito em caução de parte dos atrasados como um mecanismo de conciliação numa entidade internacional reconhecida pelos bancos. Embora várias dessas entidades tivessem sido cogitadas, a mais provável parece ser o Banco de Compensações Internacionais, com sede na Suíça, mais conhecido por suas iniciais em inglês, BIS, Bank for International Settlements.

Dificuldade — As discussões de Bracher são complicadas porque os bancos insistem num pagamento até a semana que vem, quando uma comissão intergovernamental americana deverá reunir-se para examinar as possibilidades dos bancos receberem o que o Brasil lhes deve. Se o órgão decidir que a dívida brasileira deve ser depreciada tendo em vista as possibilidades remotas de ser paga, poderá ficar ainda mais difícil a normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional.

Por causa disso, parece haver a disposição brasileira de pagar pelo menos uma parte dos atrasados, talvez os 942 milhões de dólares em juros atrasados, referentes ao período de 20 de fevereiro a 31 de maio deste ano. O pagamento seria feito ao BIS, mas seu desembolso só ocorreria depois que os bancos aceitassem os elementos principais da proposta brasileira. Outra possibilidade seria o desembolso escalonado do BIS aos bancos credores, na medida em que fossem concluídas fases importantes das negociações.

Levando em conta essas dificuldades, alguns funcionários de bancos e do governo americano comentavam ontem que a saída da moratória parece até mais complicada agora para os negociadores da dívida brasileira do que foi declarar a suspensão dos pagamentos de juros.

□ Embora a data de 26 de outubro tenha sido freqüentemente mencionada como um prazo fatal para o Brasil interromper sua moratória, funcionários do governo americano informaram ontem que os negociadores podem contar com alguns dias mais. Isso porque a comissão intergovernamental que examinará a classificação da dívida brasileira vai reunir-se por uma semana inteira, a partir da segunda-feira próxima. Na agenda das discussões há pelo menos 15 países atrasados nos pagamentos da dívida. Tendo em vista o fato de que uma equipe está discutindo as condições do fim da moratória, o Brasil foi colocado no fim da agenda. Assim, em vez do dia 26, a dívida brasileira será discutida no dia 29, 30, ou até mesmo na segunda-feira seguinte, 2 de novembro.



Bracher defende posições com firmeza